

Relações Pluriuniversitárias: Estudo de Caso da UFRGS¹

Pluriuniversity Relations: UFRGS Case Study

Suzete Morém de FRAGA²
Margarete Panerai ARAUJO³
Judite Sanson DE BEM⁴
Moisés WAISMANN⁵

Centro Universitário Unilasalle, Canoas, RS

RESUMO: O tema relações entre universidade e sociedade é novo, contudo já evidenciado na UFRGS, instituição pública, que vem mostrando o envolvimento de suas Unidades Acadêmicas, com as especificidades de conhecimento e saber científico praticado. O objetivo do artigo é demonstrar as relações pluriuniversitárias dessa instituição, através da interação dialógica da comunicação e do ensino, pesquisa e extensão. A metodologia faz uso do paradigma emergente do Boaventura de Sousa Santos. Destaca-se que a Universidade carrega a capacidade de uma visão de integração com a comunidade na perspectiva do desenvolvimento local e regional e do desenvolvimento científico e tecnológico.

PALAVRAS CHAVES: Interação dialógica. Paradigma emergente.

INTRODUÇÃO

Nos anos 1990, com a modernidade e a competitividade associadas às questões da internacionalização, notou-se que as demandas resultantes desse processo começaram a exigir transformações das universidades. Assim, as empresas e o governo voltaram sua atenção à Educação, mais precisamente às universidades, geradoras do conhecimento, da ciência e das tecnologias para o desenvolvimento de pesquisas e de outras demandas de interesse para o progresso e modernização do país.

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces comunicacionais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Mestranda do PPG Memória Social de Bens Culturais do Unilasalle. Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1992). Especialização em Administração Pública pela Escola de Administração da UFRGS. É assistente em administração, coord. do Núcleo de Convênios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Pós Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/EBAPE/RJ (2013); e Pós Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UMESP (2010); Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004); É professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao PPG em Memória Social e Bens Culturais UNILASALLE. E-mail: mpanerai@terra.com.br

⁴ Pós Doutora em Economia da Cultura pela UFRGS (2014), Doutorado em História Ibero Americana PUCRS (2001); professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural vinculada ao PPG em Memória Social e Bens Culturais UNILASALLE. Email: jsanson@terra.com.br.

⁵ Doutor em Educação pela UNISINOS (2013). Professor e pesquisador da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural vinculada ao PPG em Memória Social e Bens Culturais UNILASALLE. Coordenador do Observatório UNILASALLE; Trabalho, Gestão e Políticas Públicas). Email: moises.waismann@bol.com.br.

A partir desse contexto, as universidades desenvolveram parcerias com organismos nacionais e internacionais e as interações com a sociedade tornaram-se presentes, integrando o governo, os serviços, a indústria, etc. Com isso, uma geração de conhecimento e de saber técnico-científico passou a contemplar a trilogia ensino, pesquisa e extensão. A relação Universidade/Sociedade começou a ser incentivada. Com isso, o presente artigo propõe-se a descrever um estudo de caso, onde essa relação Universidade/Sociedade é mediada pela comunicação integrada por meio do ensino, pesquisa e extensão, vem sendo realizada através de convênios específicos, disciplinadores das Interações Acadêmicas.

O tema mostrou-se relevante, visto que, neste contexto, vem se mostrando o envolvimento das Unidades Acadêmicas, com suas especificidades de conhecimento no trato com o saber científico praticado na UFRGS. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2004) afirma que a Universidade é pressionada para transformar o conhecimento dos seus recursos humanos, bem como produtos que devem ser explorados comercialmente. A reposição no mercado passa a ser crucial, e nos processos mais avançados. A relevância social para o tema, que se prende ao fato de que as universidades participam de um mundo globalizado, atuando sistematicamente no processo de transformação social, político, cultural e econômico, que exige uma constante reformulação de sua atuação. Nesse contexto, é evidente a presença das parcerias efetivadas entre a UFRGS e diversos organismos internacionais, nacionais, públicos e privados, num permanente processo de tornar-se uma instituição geradora de conhecimento e também de constante troca de saberes, acadêmicos e populares com a visão integrada no social e na participação efetiva da sociedade.

Sendo a UFRGS uma instituição pública de Ensino Superior vinculada, hierarquicamente, ao Ministério da Educação, o objetivo geral será demonstrar de forma parcial alguns regramentos administrativos, que contemplem as relações Universidade/Sociedade. A metodologia será de estudo de caso, cujas diretrizes teóricas e metodológicas serão de Boaventura Sousa Santos (2004). Esse artigo está dividido em sessões sendo essa Introdução, o Referencial Teórico, a Metodologia, o estudo de caso junto às interações acadêmicas na UFRS, as Conclusões e Referenciais utilizados.

1. REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Abordando as questões da Universidade no século XXI Boaventura Sousa Santos (2004) considera que “a Ecologia de Saberes” é o conjunto de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, podem enriquecer-se nesse diálogo. A Ecologia dos Saberes traz a pluralidade nessas relações Universidade e Sociedade e o reconhecimento científico que nelas intervêm. Assim as bases teóricas ofereçam condições de reflexão sobre a educação superior e sua comunicação e interação e esse conhecimento pluri universitário.

1.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR

O sistema de Ensino Superior brasileiro passou por relevantes mudanças em sua estrutura nos últimos anos. Nos anos 60 a maioria das instituições de Ensino Superior era orientada basicamente para atividades de transmissão do conhecimento. Fazendo uma reflexão sobre a reforma universitária, Azzolin (2010, p. 31 apud BARCELOS, 2016, p. 51), salienta-se que o “[...] objetivo de uma instituição de Ensino Superior é promover o ensino, a pesquisa e a extensão”, com destaque para a indissolubilidade entre os três poderes.

Essa idealização se estabeleceu no Brasil, através do Ensino Superior, pois esse engloba um conjunto diversificado de ensino junto a diferentes entidades, públicas e privadas, cuja regulamentação encontra-se formalizada através da Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394/1996, além de um grande número de decretos, regulamentos e portarias complementares. Assim, buscando organizar o sistema de políticas de Educação superior e da Educação básica, no final de 1990, foi idealizado o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

Com a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), as universidades, em geral, passaram a gozar de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que acarretou no atual sistema de Ensino Superior das universidades brasileiras diferenças significativas entre si em função de aptidões acadêmico-profissionais e do modelo institucional focado, sobretudo para ações de ensino em diferentes localidades, proporcionando meio estratégico no processo de desenvolvimento do país.

Dessa forma, o modelo de Ensino Superior nas universidades não apontava apenas para o aluno diplomado, mas para a produção do conhecimento, que é uma importante estratégia para as nações. Nas sociedades modernas, a ciência e a técnica desenvolvidas e apropriadas pelo indivíduo não servem de garantia apenas para desenvolver suas atividades no mercado de trabalho, como também tornam mais próspera uma coletividade nacional capaz de se modernizar e competir no cenário internacional. O ensino de qualidade propicia aos professores e aos estudantes a oportunidade de diálogo em condições de igualdade com as universidades nacionais e internacionais, gerando potencial de valores e exercício pleno e consciente da cidadania.

A Educação, definida como resposta ao século XXI, permanece como a emergência do conhecimento visto à urgência desencadeada por um mundo em rápida transformação. Esta avaliação não é novidade, tendo em vista as avaliações anteriores e recomendações nas conferências mundiais e regionais da UNESCO. Para Delors et al. (2010), o enfrentamento das transformações mundiais exige da sociedade o retorno à escola para preparação frente às ocorrências da vida profissional e privada, instituindo uma nova forma de superação; exige-se de cada um o binômio “aprenda a aprender”, isto é, sugere compreensão mútua e do mundo para abertura de igualdade de oportunidades.

Assim, Delors et al. (2010) apresentam quatro pilares básicos para sustentação da Educação, sendo prioritário o *Aprender a conviver*, que mostra o conhecimento sobre os demais, como compreender sua história, tradições e espiritualidade para orientar o desenvolvimento de projetos comuns entre as nações e uma coordenação capaz de amenizar os conflitos emergentes.

Outros três pilares da Educação fornecem aporte ao primeiro. O segundo pilar, *Aprender a conhecer*, sustenta o primeiro devido às situações aceleradas pelo progresso científico e as inovações no campo econômico e social. Assim, faz-se emergente a tentativa de se combinar o estudo amplo da cultura geral, visando buscar subsídios para um mínimo número de assuntos emergentes. Com isso, a cultura geral concebe acesso para uma Educação permanente e de qualidade na medida em que demonstra meios para fomentar a aprendizagem ao longo da existência. Na sequência, há o pilar *Aprender a fazer*. Com a formação e aprendizagem continuada de uma profissão, é imprescindível obter capacidade para enfrentar as adversidades da vida, da profissão e da sociedade, ou

seja, estar preparado para a vida, pontos desconsiderados pelos métodos atuais de ensino.

Por fim, *Aprender a ser*, tema publicado em 1972 no Relatório da UNESCO. Trata-se de um prognóstico de Edgar Faure (1974), quando suas recomendações permanecem vigentes, visto que, no século XXI é necessário desenvolver as práticas de nossa independência e bom senso, associado ao dever de construir um futuro coletivo, bem como, motivar as capacidades e habilidades adormecidas na alma de cada ser.

Assim, a Educação deve moldar-se permanentemente a todas às mudanças da sociedade “sem negligenciar as vivências, os saberes básicos e os resultados da experiência humana.” (DELORS et al. 2010, p. 14), visto os apelos da sociedade urgentes e emergentes. A Educação, no século XXI deverá ser uma Educação ao longo da vida atribuindo diferentes sequências de aprendizagem.

A Comunicação Integrada nesse processo busca os diferentes campos de comunicação de uma organização. Ou seja, um sistema integrado, relacionado aos diversos setores. Kunsh (1997) apresenta a Comunicação Interna; a Comunicação Mercadológica; a Comunicação Institucional e a Comunicação Administrativa. Essa ideia de Comunicação Integrada garante a sustentabilidade da organização, permitindo o fluxo de informações de dentro dos circuitos formais e informais de comunicações produzidas e recebidas.

A comunicação torna-se um instrumento de ação representa uma forma de poder, o qual é inerente ao seu detentor, conforme Thompson (1998) e Canclini (2001), porque com a globalização e as novas tendências de manifestação cultural, surgiram diferentes aliados de integração entre a mídia e o marketing.

Rubim (2000) destaca que a Comunicação e Política são poderes distintos, porém com relação de intimidade. Estas esferas possuem aspectos de pluridisciplinaridade em face de uma nova sociedade. O autor relembra que nesse cenário atual estamos estruturados pelos meios de comunicação, cujas características são de um nova fase referenciada como Idade Mídia.

1.2 INTERAÇÃO DIALÓGICA

Quimelli (2016) enfatiza que é imprescindível instituir no ensino, na pesquisa e na extensão, as orientações sobre a “Interação Dialógica” que ensina o caminho da interação entre Universidade e setores sociais marcados pelo diálogo e pela troca de

saberes. Desta forma, possibilita-se a ultrapassagem da expressão do predomínio acadêmico, dando espaço para um diálogo com movimentos, setores e organizações sociais. Neste sentido, não se pode mais apenas aplicar o conhecimento acumulado pela universidade, devendo ser produzido um conhecimento novo capaz de atuar por igual com a sociedade na solução de problemas, da desigualdade e da exclusão social e, ainda para a estruturação de uma sociedade mais justa, ética e democrática.

Desta forma, torna-se imprescindível uma ação de mão dupla, isto é, da universidade para a sociedade e vice-versa. Assim, o começo básico da extensão é um procedimento interdisciplinar, que se articula com o ensino e a pesquisa de modo indissociável, favorecendo à formação do conhecimento. Desta maneira, estendem à Universidade os saberes produzidos em seu costume, em seu fazer profissional ou através de sua vivência em sociedade.

A interação da Universidade com a Sociedade, sendo contemplada no Documento “política de Extensão” (2012) do FORPROEX, referente ao “Impacto e Transformação Social” reafirmando relação com outros setores da sociedade para transformação focada aos interesses e necessidades da população.

A relação universidade/sociedade não pode ser uma junção de duas importantes palavras. Exige fortalecimento de parcerias entre os poderes públicos federal, estaduais e municipais, visando a implementação de políticas públicas que integrem as universidades na superação da pobreza e promoção do desenvolvimento sociocultural; requer um exercício profundo de compreensão da realidade do outro, seja esse ‘outro’ a comunidade ou a própria universidade.

Porém, o impacto e a transformação social somente são possíveis com disponibilidade da comunidade universitária ao compreender que existem outros saberes – além daquele conhecimento construído no interior da academia – que nos ensinam e nos fazem reorientar pesquisas, redimensionar planejamentos, refazer planos de ensino, necessariamente com a responsabilidade das diferentes comunidades sem e colocarem como protagonistas de processo no qual se aprende e se ensina, mas sobretudo em que se constroem relações sólidas da sociedade desejada, segundo preconiza os estudos de Deus (2016). Boaventura de Souza Santos (2004) também enfatiza a questão da Extensão que, para ser levada a termo com resultado, necessita antes de tudo da cooperação intergovernamental, sendo os destinatários deste processo os grupos sociais

populares e suas organizações; movimentos sociais; comunidades locais ou regionais; governos locais; o setor público, etc.

1.3 CONSTRUINDO ECOLOGIA DE SABERES

A relação entre a Universidade e a Sociedade se dá a partir de inúmeras mudanças no contexto político-econômico, sociocultural e educacional, bem como a partir das exigências do mundo globalizado e da internacionalização. Desta forma, faz-se necessário refletir sobre a pluralidade dos discursos sobre a globalização, no sentido teórico e crítico de modo a atrair a complexidade dos fenômenos que ela envolve e a discrepância dos interesses que neles se defrontam.

Esse termo é utilizado abundantemente para evidenciar uma proposta de princípios de aproximação, como sistema único de mercado fundado no método da economia capitalista a fim de aproximar todos os países e também na disseminação de tecnologias para a melhoria de vida da população. Todavia, segundo alguns teóricos, essa aproximação de diferentes países, culturas, crenças, hábitos interferem significativamente no conjunto da sociedade e em diferentes espaços assim como no modo dos saberes é difícil.

Nesta premissa, Santos (2007), ressalta que a Ecologia de Saberes, a ignorância não é obrigatoriamente um sinal de partida, mas um ponto de chegada, isto é, quando possui potencial para esquecimento ou desaprendizagem inseridos num processo de aprendizagem recíproca. Desta forma, num modo de aprendizagem, orientado por uma Ecologia de Saberes, é essencial o confronto entre o conhecimento aprendido e o conhecimento que nesse meio é esquecido e desaprendido, pois o que se aprende vale mais do que o que se esquece.

Para o autor, a ilusão do interconhecimento é aprender outros saberes sem esquecer os próprios. “É esta a tecnologia de prudência que subjaz à ecologia de saberes. ela convida a uma reflexão mais profunda sobre a diferença entre a ciência como conhecimento monopolista e a ciência como parte de uma ecologia de saberes.” (SANTOS, 2007, p. 25).

A ecologia de saberes é um conceito que visa promover o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm. É uma proposta nova e, como tal, exige alguns cuidados. Em primeiro lugar, a Ecologia de Saberes não se realiza nos gabinetes das universidades ou nos

gabinetes dos líderes dos movimentos [...]. Ela se realiza em contextos de diálogo prolongado, calmo, tranquilo. Portanto, em primeiro lugar, a Ecologia de Saberes é um processo coletivo de produção de conhecimentos que visa reforçar as lutas pela emancipação social. (CARNEIRO; KREFTA; FOLGADO, 2014, p. 331)

Esse cruzamento do conhecimento universitário para outro paradigma de conhecimento, capaz de absorver as novas urgências e emergências da sociedade, que aparece de forma multidisciplinar, é o que evidencia a especificidade do conhecimento pluriversitário. Segundo Santos (2013), é um conhecimento contextual, na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada e como essa aplicação ocorre extramuros, a iniciativa da formulação dos problemas que se pretende resolver e a determinação dos critérios da relevância destes é o resultado de uma partilha entre pesquisadores e utilizadores. É um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de saberes, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido.

Para Santos (2004), a ideia de Universidade, é que devem ser criadas para elas as condições adequadas, tanto financeiras como institucionais para que não sejam asfixiadas pelo capitalismo globalizado. Assim, a partir daí, a Universidade deve ser incentivada a assumir formas mais densas de responsabilidade social e também aceitando ser permeável às demandas sociais, principalmente àquelas vindas de grupos sociais que não possuem forças para impô-las.

2. METODOLOGIA

Nessa sessão, evidencia-se o caminho do pensamento e a prática, incluindo simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador. Neste último ponto, ganha valor sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade, pois, segundo (MINAYO, 2011, p. 15), “nada substitui, no entanto, a criatividade do pesquisador.”. Nesse sentido o fio teórico condutor foi o paradigma emergente. A seguir, seguem algumas considerações iniciais sobre esse paradigma. Destacam-se, ainda, de forma parcial, os pensamentos do teórico Boaventura de Sousa Santos (1988), de que todo o conhecimento científico-natural é científico-social. A superação da

fragmentação Ciências Naturais/Ciências Sociais tende assim a revalorizar os estudos humanísticos.

Para Santos (1988), todo o conhecimento é local e total. No paradigma emergente, o conhecimento progride à medida que o seu objeto se amplia, sendo operado pela diferenciação e pela disseminação em busca de novas e mais variadas áreas de interação. Assim, todo o conhecimento é autoconhecimento e autobiográfico. Desta forma, segundo Santos (1988), a diferenciação sujeito/objeto aceitou ou mesmo exigiu que a distância fosse aproximada, através do uso de metodologias que obrigam a uma maior intimidade com o objeto, ou seja, o uso do trabalho de campo etnográfico, a observação participante.

Para Santos (1988), no Paradigma Emergente, a natureza autobiográfica e auto-reverenciável da Ciência é inteiramente aceita, quando na modernidade, a ciência transmite uma consciência prática do mundo que possibilita essas expectativas. Assim o estudo de caso proposto tenta aproximar os aspectos apresentados através da técnica bibliográfica de pesquisa.

3. ANÁLISE: RELAÇÕES UNIVERSIDADE/SOCIEDADE

Com a crescente demanda de projetos desenvolvidos pela UFRGS, por meio dessa relação Universidade/Sociedade, bem como frente as mudanças que ocorreram nessas ultimas décadas e, trouxeram ao cenário atual restrições de recursos financeiros e a falta de continuidade das políticas públicas, junto às universidades, tanto públicas como privadas viu-se com bons olhos as oportunidades de alianças estratégicas na integração com atividades de extensão e de pesquisa no relacionamento com setores governamentais, instituições de ensino estrangeiras e com empresas de alta tecnologia (inovação), para desenvolvimento de projetos de ensino, de pesquisa, inovação e de extensão.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é uma instituição pública federal, vinculada ao Ministério da Educação, a partir de 1950, com a sua federalização. Com mais de 80 anos, reconhecida nacional e internacionalmente, se caracteriza por ser uma instituição a serviço da sociedade, tendo como premissa básica seu compromisso com o futuro pautado no pensamento crítico, respeito às diferenças, priorizando as experiências e, principalmente, reafirmando sua responsabilidade com a educação e o desenvolvimento nas diversas áreas do conhecimento.

Associado a isso e ao longo de sua formação a necessidade de criação de novos cursos e reestruturação de outros, visou atender as demandas da sociedade e às exigências das transformações globais. Essas mudanças fizeram com que a UFRGS deixasse de ser uma instituição somente voltada ao ensino, passando a gerar conhecimento, abarcando cursos da educação básica à pós-graduação nas diferentes áreas de atuação, preceito da formação acadêmica.

Em 1988 com a aprovação da Constituição Federal, a Universidade vivenciou inúmeras transformações, assim como mudança no seu Estatuto em 1994, reafirmando sua missão, tendo como finalidade basilar, “a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, na pesquisa e na extensão”; “manter ampla e diversificada interação com a comunidade, traduzindo uma relação orgânica entre Universidade e sociedade, pela articulação entre as diversas Unidades da Universidade e as entidades públicas e privadas de âmbito regional, nacional e internacional” (UFRGS, 1994, p. 4).

A expansão da UFRGS também se deu na sua internacionalização e com maior intensidade a partir das políticas mundiais com o desenvolvimento de ações integradas no Programa Ciência sem Fronteiras e no Programa Erasmus+, ainda na inserção em cadeia de Universidades. Desta forma, ocorreu uma mudança de referência, quando a Universidade passou a produzir conhecimento com legitimação social, um dos objetivos da formação acadêmica, deixando de ser apenas um estabelecimento tradicional voltado ao ensino. No ano de 1988, com a nova constituição, as Universidades federais sofreram mudanças significativas no sentido de democratização interna e de reafirmação de sua missão. Na UFRGS, essa mudança é evidenciada, através de seu Estatuto, aprovado em 1994, pela comunidade Universitária.

Art. 2º. A UFRGS, como Universidade Pública, é expressão da sociedade democrática e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença, e de solidariedade, constituindo-se em instância necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas (UFRGS, 1994 p.3).

Nesse sentido, a UFRGS teve por finalidade primordial desenvolver à “educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, na pesquisa e na extensão” (UFRGS, 1994, p. 4.). Neste paradigma, a partir de 1987, através da legislação federal, o Decreto n 94.664, de

23 de julho de 1987, Art. 14º, a Universidade passou a ter legitimidade para reestruturar-se em mecanismos e normas internas para participação de servidores na aproximação com os setores da sociedade para prestação de serviços à comunidade no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, o que resultou na aprovação da Resolução nº 35/93 do COCEP, de 29 de dezembro de 1993, UFRGS, estabelecendo normas disciplinadoras de prestação de serviços.

Posterior a essa, a edição da Portaria nº 5518, de 23 de novembro 1994 da UFRGS, que regulamentou os mecanismos para a supervisão e o gerenciamento dos Convênios e de outros instrumentos legais de prestação de serviços à comunidade, abrindo caminho à relação Universidade/Sociedade e, com maior frequência, um volume expressivo a partir do ano de 1996, referente às celebrações de Convênios, Contratos, Protocolos de Cooperação/Intenções, visando às execuções de projetos nas diferentes áreas do conhecimento da Universidade.

Associada às normas e leis federais, sucedeu a criação das fundações de apoio, através da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e decretos normatizadores. O referido Decreto objetivou disciplinar os projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições apoiadas e, primordialmente, ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica, criando condições mais propícias para que as instituições apoiadas (universidades) estabeleçam relações com o ambiente externo.

Além disso, regulamentou as condições para execução dos projetos e permite atividades remuneradas aos servidores docentes, servidores técnico-administrativos e a estudantes (bolsa de ensino; bolsa de pesquisa; e bolsa de extensão a participantes vinculados a instituição apoiada) e autorizados a participar na execução do projeto, na forma das normas próprias da referida instituição, isto é, atendendo ao regramento interno da UFRGS. Nova Portaria nº 5518 veio sanar definições.

Na sequência, após inúmeros ajustes, e, em função das Leis federais e Decretos, bem como a partir das orientações dos órgãos de controle verificou-se a necessidade de um novo estudo sobre a relação Universidade/Sociedade a fim de qualificar a relação para “Interações Acadêmicas (IA’s), desprezando o termo prestação de serviços”. Assim, um novo regramento na UFRGS foi necessário instituir de forma a abarcar as inúmeras modalidades de Interações com a sociedade, visando estabelecer diretrizes para desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão.

Então, a partir de um amplo debate é estruturada a nova regra, através da Decisão 193/2011, e 08 de abril de 2011, UFRGS (2011). Com isso, e com maior frequência, a Universidade passou a se relacionar com inúmeros setores da sociedade, que buscam o saber e o conhecimento utilizando tecnologias de inovação e de desenvolvimento científico e tecnológico para execução de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão nas diferentes áreas de conhecimento da Universidade, visando atender às políticas públicas, por meio de editais ou por demandas espontâneas caracterizando a relação da Universidade/Sociedade. Assim, esse novo paradigma foi constituído para atender os apelos da sociedade, que aportam na UFRGS, por meio das Interações Acadêmicas (IA's). Nesse sentido faz-se necessário conceituar Interação Acadêmica (IA's):

Art. 1º São consideradas atividades de Interação Acadêmica na Universidade aquelas que, sem prejuízo das leis vigentes, utilizando a disponibilidade de recursos existentes na Universidade, atendem às necessidades de terceiros (entidades públicas ou privadas). §1º As Interações Acadêmicas respeitarão a vocação científica, tecnológica, cultural e artística da Universidade e atenderão às necessidades do processo de ensino, pesquisa e extensão, devendo estar diretamente vinculadas a estas atividades fins, devidamente comprovadas conforme esta Decisão. (UFRGS, 2011, s.p.).

Frente às exigências de mercado e da necessidade da sociedade, as Universidades demandaram ajustes na sua estrutura administrativa, no ensino e na infraestrutura, como também nos quadros organizacionais para atender as demandas, embora com recursos financeiros e de servidores restritos. O Núcleo de Convênios - NC conta também com um Sistema de Registros de Projetos, assinados somente pelo Reitor da UFRGS, enviados aos Ministérios, Secretarias do governo federal e demais órgãos da administração pública estadual e municipal.

Nesse contexto se processam os documentos gerados e arquivados no Núcleo de Convênios da UFRGS, através de medidas físicas de preservação e em operações lógicas de classificação, isto é, informação documental decorrente das relações sociais da Universidade/Sociedade, por meio das formalizações das Interações Acadêmicas, que conferem à memória física do Núcleo que será acessada a qualquer tempo e por qualquer interessado (memória artificial e de apoio).

É nesse entrelaçamento do passado com o presente que se dá a reconstrução do passado, e ainda quando nos é permitido pela memória esquecer-se de alguns detalhes sobre os acontecimentos do passado. Nesse sentido, também é o ambiente acadêmico institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), percebido na sua

transversalidade acadêmica, que proporciona maior envolvimento comunicacional com a sociedade orientado para uma organização ampliada, aperfeiçoado e voltado pela transversalidade, nas suas práticas acadêmicas inovadoras, promovendo, com isso, a inovação científica, tecnológica e o desenvolvimento social, todos inteirados com sua responsabilidade institucional e social.

Na UFRGS, o desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisa e ensino, por meio das interações acadêmicas com a sociedade ocorrem de forma intensa, quando se observa a relação com instituições públicas na sua maioria com o governo federal no desenvolvimento de projetos de abrangência nacional, nas áreas: educação, saúde, infraestrutura, tecnologia, engenharia, informática, química, comunicação e informação, entre outras. Ainda, relaciona-se também na sua maioria, com Universidades estrangeiras na formação e intercâmbio de alunos e pessoal docente com abrangência na cooperação acadêmica e científica e em novas oportunidades para ambos os países, tendo em vista o crescente reconhecimento da UFRGS e as exigências da globalização, perante as variações nas regras da política econômica mundial, bem como nas tendências sociais e culturais que envolvem a Aldeia Global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse exemplo típico sobre o conhecimento pluriversitário citado por Santos (2013, p. 476), assim como também desenvolvido no âmbito da UFRGS, dentre as inúmeras ações executadas, que envolvem a comunicação fortalece-se, assim, o compromisso da Universidade em parceria com as redes de ensino do estado com vistas ao diálogo e qualificação dos profissionais da educação.

Enfatizando as novas funções que permeiam as universidades, e carregam na sua capacidade a visão de integração com a comunidade na perspectiva do desenvolvimento local e regional e do desenvolvimento científico e tecnológico, por exemplo, a criação do Parque Científico e Tecnológico e de manter em suas dependências algumas incubadoras tecnológicas, entre outros projetos e programas institucionais que têm sido demandados por segmentos específicos da sociedade ou mesmo por órgãos do governo federal, no caso específico, o monitoramento contínuo .

Para tanto, o alerta que se pode fazer é o cuidado para que a universidade não se descaracterize no desempenho de suas funções ou que venha substituir ilegitimamente a outras instituições, embora é sabido que a universidade é evocada a

todo instante para interagir com a sociedade em inúmeros programas fazendo com que seja incapaz de se isolar ou de se distanciar completamente.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Marcia. **Solenidades de colação de grau na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992-2012): memória, ritual e celebração.** 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/mestrado/memoria_social_e_bens_culturais/2016/mbarcelos.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 out. 2016.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; KREFTA, Noemi Margarida; FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. **Práxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos.** **Tempus**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 331-338, jun./2014.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir – relatório para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI.** Brasília: UNESCO. jul. 2010. 41p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2016.

DEUS, Sandra de. Extensão universitária: sua contribuição para a formação acadêmica e pessoal de estudantes de graduação. In: GONÇALVES, Nádya Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (Orgs.). **Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária.** Curitiba: CRV, 2016a.

DEUS, Sandra de. Impacto e transformação social: o papel da extensão universitária. In: GONÇALVES, Nádya Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (Orgs.). **Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária.** Curitiba: CRV, 2016b.

FAURE, E. et al. **Aprender a ser.** Lisboa: Livraria Bertrand; São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001329/132982f.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária,** 2012. 40 p. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Política-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. Interdisciplinaridade e a interprofissionalidade na ação extensionista. In: GONÇALVES, Nádya Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (Orgs.). **Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária.** Curitiba: CRV, 2016.

KUNSCH, Margarida Maria Kroling. As organizações modernas necessitam de uma Comunicação Integrada. In: **Revista Mercado Global.** São Paulo, Ano XXIV, 102, 2. semestre. 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011. 30 ed.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 30 out. 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE**. Disponível em: <<http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financeiras-e-cooperacao-internacional/ocde>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

QUIMELLI, Gisele Alves de Sá. Interação Dialógica: a voz da extensão universitária. In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (Orgs.). **Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária**. Curitiba: CRV, 2016, p.16-36. 126

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo: SP: Hacker, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [s. l.], n. 78, 2007, p. 3-46. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/.../147_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RCCS78.pdf>. Acesso em 11 nov. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [s. l.], n. 63, 2002b, p. 237-280. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/1285>, DOI: 10.4000/rccs.1285>. Acesso em: 15 nov. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, maio/ago. 1988. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

THOMPSON, John. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

UFRGS. **Decisão nº 193/2011**. Legislação. Decisões normativas. Interações Acadêmicas. Conselho Universitário-CONSUN 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/legislacao>>. Acesso em: 30 jun. 2016.